

A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro*

Luciana Corrêa do Lago
Luiz César de Queiroz Ribeiro

As “favelas” – criação genuinamente carioca, não observada em nenhuma outra cidade, mesmo no Brasil – não constituem puramente impiedoso crime contra a estética, elas são particularmente uma grave e permanente ameaça à tranquilidade e à salubridade pública. Erigidas contra todos os preceitos da higiene: sem água, sem esgotos, sem a mínima parcela de limpeza, sem remoção de lixo; são como largas sentinas cobertas de dejetos e dos demais resíduos da existência humana, amontoados de imundícies e podridões repastando nuvens de moscas, infiltrando nos quarteirões da cidade toda a sorte de moléstia e de impurezas. Desprovidas de qualquer espécie de policiamento, construídas livremente de latas e frangalhos em terrenos do Patrimônio Nacional, libertadas de todos os impostos, alheias a toda ação fiscal: são excelente estímulo à indolência, atraente chamariz de vagabundos, reduto de capoeiras, valhacoitos de larâpios que levam a insegurança e a intranqüilidade aos quatro cantos da cidade pela multiplicação dos assaltos e dos furtos.

(Trecho do discurso “Para a remodelação do Rio de Janeiro”, pronunciado pelo médico Mattos Pimenta, um dos inventores do “problema favela”, no *Rotary Club*, outubro de 1926).

A única solução que existe para se recuperar um território que está em poder do inimigo é iniciar uma ação bélica. Trata-se de pôr em prática uma tática de guerra, com a ocupação, ostensiva e poderosa de todo o território a ser conquistado. Ocupada militarmente a área reconquistada, os moradores devem ser ajudados a sair dali, pois o território reconquistado vai ser liberado da presença do crime. Vai ser reflorestado, se for o caso. Ou vai servir para uma escola, para um posto de saúde ou para uma delegacia. Enfim, vai ter uma destinação pública e social. Ao reassentar os moradores em suas novas residências, o poder público deve cuidar para que eles possam ter, daí em diante, a mesma qualidade de vida de qualquer cidadão carioca, livre de quadrilhas e de chefes de gangues.

(Trecho de artigo publicado por Sandra Cavalcanti no *Jornal do Brasil* de 4 de novembro de 1996, intitulado “Por trás das balas”).

Essas duas cita es ilustram a longevidade do chamado “problema da favela” no Rio de Janeiro. Expressam, também, de maneira condensada, a trajetória da principal (di)visão da sociedade carioca: favela-bairro. Desde o início do século, com efeito, as favelas vêm sendo representadas como pertencendo a um outro mundo social e cultural, como se fossem “uma cidade   parte” como já escrevia Olavo Bilac. A proximidade espacial com os “bairros de classe média alta”, urbanisticamente organizados e providos de equipamentos e serviços urbanos, produziu forte contraste social, que serve de evidência autodemostrada da existência de duas cidades.

Durante a década de 70, no bojo da crítica   chamada “teoria da marginalidade urbana”, buscou-se demonstrar o equívoco de discursos dualistas sobre as favelas, mantidos pelas institui es, governos e por parte da academia. Como? Demonstrando a existência de semelhanças entre as favelas e os espaços populares, em termos de estrutura e práticas sociais e constatando que nas favelas não havia s  imigrantes do campo e que tampouco nelas se observava a sobrevivência da cultura *folk*. As favelas passam a ser vista como “complexo coesivo, extremamente forte em todos os níveis: família, associa o voluntária e vizinhança” (Boschi, 1970). Outros demonstraram que a vida nas favelas era marcada “pela amizade e espírito cooperativo e relativamente livre de crime e violência” (Perlman, 1976, p. 136). Encontrou-se na favela uma estrutura social diversificada, chegando-se mesmo a observar que existia nela um espaço social diversificado, inclusive com setores identificados como a “burguesia favelada”, e se fazia política como nos outros espaços populares (Silva, 1967). Também se identificou a existência de rela es de sociabilidade entre “mundo da favela” e “mundo dos bairros”, em primeiro lugar pela inser o dos moradores da favela no mercado de trabalho.

Nos dias de hoje, as representa es dualistas das favelas retornam ao debate público sobre a sociedade urbana carioca. Em primeiro lugar, pelos efeitos, no campo acad mico, da absor o dos conceitos e no es teóricas presentes no debate internacional sobre os impactos sociais e espaciais das mudanças econ micas nas cidades. Tornou-se expressão de prestígio intelectual o uso de termos como gueto, exclusão social e nova marginalidade nas análises sobre o “problema contemporâneo da favela”. Assume-se como axioma que as mudanças em curso no mundo do trabalho estariam desfazendo as rela es de integra o da favela com a cidade. A inclusão do “narcotráfico” e da “violência urbana” na agenda da academia reforça a legitimidade da concep o dualista (Zaluar e Alvito, 1998), uma vez que a vida organizativa da favela estaria ameaçada de decomposi o. Não raro, encontramos men es que associam as favelas cariocas aos guetos negros americanos.

A utiliza o freqüente pela média de metáforas como “cidade partida”, “desordem urbana”, entre outras, por um lado, vem dotando a concep o dualista da favela de legitimidade social. Por outro lado, emergem demandas, por parte de governos e institui es, ligadas   gestão pública da pobreza, de novos discursos sobre a favela que subsidiem a política de “integra o da favela ao bairro”.

Em resumo, assistimos hoje à produção intensa de imagens, idéias e práticas que reeditam o antigo mito da favela como um outro mundo social, à parte da cidade, diferente, identificado pela carência e desorganização.

Propomo-nos neste trabalho a submeter essa (di)visão da cidade do Rio de Janeiro e uma reflexão crítica, a partir da avaliação empírica das diferenças demográficas e sociais entre o mundo social da favela e o da cidade. O texto está dividido da seguinte maneira: na primeira parte examinamos a evolução da população moradora em favelas no período 1940-1996; na segunda, analisamos os principais traços sociodemográficos da população residente nas favelas e nos bairros da cidade; por fim, avaliamos a distância social entre moradores em favela e em bairros, segundo a renda.

Questões conceituais e metodológicas

Os conceitos de espaço e de distância sociais são utilizados classicamente na sociologia para desvendar os mecanismos que regulam os processos de interação humana nas formas societárias de vida coletiva. Eles estão presentes nas obras de autores como Simmel (1971), Sorokin (1973) e Park (1924), entre outros. Podemos, no entanto, identificar duas concepções distintas desses conceitos: uma psíquico-social, que entende a distância social como o resultado de atitudes de simpatia e antipatia de certos grupos em relação a outros (Bogardus, 1959), e outra, propriamente sociológica (Sorokin, 1973; Bourdieu, 1979), na qual a distância social entre os indivíduos resulta das relações das posições sociais nas quais estão inseridos. Nessa segunda corrente, a subjetividade dos indivíduos tem importância, mas como resultado da sua inserção no mundo social, já que as “similitudes na posição social dos indivíduos ocasionam, geralmente, modos de pensar semelhantes, uma vez que implica hábitos, interesses, costumes, valores e tradições inculcadas nas pessoas por grupos sociais semelhantes, aos quais estas pessoas pertencem” (Sorokin, 1973, p. 227).

É na sociologia de Bourdieu (1979, 1993), contudo, que o conceito de distância social ganha importância analítica. Em sua visão espacial da sociedade, Bourdieu compreende a sociedade como formada por relações de proximidade e separação que são, antes de mais nada, relações hierárquicas. Por outro lado, os lugares no espaço social são definidos pelas posições geradas pela distribuição desigual do volume e da composição do capital (econômico, social e simbólico) que expressam as relações de dominação na sociedade entre as classes sociais.

A idéia de diferença, de separação, está no fundamento da própria noção de espaço, conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também,

por rela es de ordem, como acima, abaixo e entre. Várias características dos membros da pequena-burguesia, por exemplo, podem ser deduzidas do fato de que eles ocupam uma posi o intermediária entre duas posi es extremas, sem serem objetivamente identificáveis e subjetivamente identificados com uma ou com outra. (Bourdieu, 1993, p. 18).

Compreendendo a cidade como a “objetiva o” do espaço social, a análise das proximidades e distâncias sociais entre a favela e o restante da cidade implica avaliar a sua posi o na (di)visão do mundo social carioca. Essa análise, porém, não   trivial, pois implica superar duas tendências presentes no “bom senso”, cuja conseq u ncia   a substancializa o da ordem socioespacial. Com efeito, elas produzem em nós a ilusão de que as propriedades sociais de uma prática ou os atributos de um grupo podem ser explicados por ele mesmo, sem levar em considera o que o real na sociedade   sempre relacional e, como tal, socialmente construído.

A estrutura do espaço social se manifesta, em contextos mais diversos, sob a forma de oposi es espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simboliza o espontânea do espaço social. Não há espaço em uma sociedade hierarquizada que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e sobretudo mascarada pelo efeito de naturaliza o que implica a inscri o durável das realidades sociais no mundo natural: as diferenças produzidas pela lógica histórica podem assim parecer surgidas da natureza das coisas (  suficiente pensar na idéia de fronteira natural). (Idem, p. 160)

A avalia o crítica da separa o entre favela e cidade deve, portanto, começar pela crítica do “bom senso”, que sustenta essa *distin o social*, para, posteriormente, re-construí-la cientificamente como objeto de conhecimento. Seguindo as pegadas de Wacquant (2000), a nossa tarefa comportaria as seguintes etapas:

- 1) identificar as categorias do senso comum com as quais se produzem discursos mais ou menos eruditos sobre as favelas e seus cong neres (mocambos, baixada, etc.);
- 2) re-construir a história dessas categorias, procurando identificar quais as suas fun es no “sistema de classifica o da sociedade brasileira”, ou seja, nas formas hegem nicas pelas quais as divisões e desigualdades sociais são representadas, que podem ser de isolamento, separa o e reserva de força de trabalho;
- 3) analisar a hierarquia do espaço social, fazendo a necessária distin o entre a condi o social da favela, isto  , as suas características sociodemográficas, urbanísticas e ambientais, e sua posi o no espaço social da cidade, o que implica pensar a favela como um lugar na hierarquia socioespacial do Rio de Janeiro. A maioria das análises restringe-se a avaliar a condi o social da favela, nas quais busca-se descrever as características e os atributos que explicariam a posi o de isolamento ou separa o e inferioridade;
- 4) analisar a demanda de discurso público sobre a marginalidade. Há uma investida intelectual na forma o do discurso sobre a marginalidade e a exclusão que não está desconectada das necessidades da gestão social da pobreza via interven o pública.

Muitas vezes, o surgimento de problema na manutenção da ordem social e simbólica da cidade gera novas demandas, pelas instituições encarregadas pela gestão social da pobreza, de discursos públicos sobre os pobres, suas formas de vida e de moradia.

A nossa análise não pretende percorrer todas essas etapas. Propomo-nos apenas a identificar a situação social das favelas a partir da avaliação empírica das diferenças sociodemográficas que as distanciam e aproximam da cidade. Para tanto, utilizaremos fontes de informações diferentes, compreendendo períodos distintos: Censo de 1991 e Contagem 1996. Ao final do texto esboçamos uma reflexão sobre a pertinência da separação da favela e da cidade na compreensão dos princípios de construção e reprodução do espaço social da cidade do Rio de Janeiro.

Evolução da população residente em favela

Os dados censitários de 1950 a 1991 (Tabela 1) mostram que a taxa de crescimento anual da população residente em favelas do Rio de Janeiro começou a decrescer na década de 60, sofrendo uma queda brusca na década de 70. Tal queda se deve a três fatores. Em primeiro lugar, a diminuição do ritmo do crescimento populacional não foi relativa apenas aos residentes em favelas, mas a população carioca como um todo. No período de 1950-1960, a população cresceu cerca de 3% ao ano e os moradores em favela, 7% ao ano. Na década de 70, esses percentuais caíram para 1,8% e 2,5%, respectivamente. Nesse período, o movimento migratório em direção à metrópole do Rio de Janeiro começava a perder o ímpeto verificado nos anos 40 e 50, e a capital, principal área de atração desses fluxos, sofreu os impactos dessa mudança. Nota-se, entretanto, que a proporção de moradores em favela, em relação ao total da população, continuou crescendo, até mesmo no período 1970-1980, quando a taxa de crescimento dos primeiros alcançou seu menor valor (Tabela 1). Em outras palavras, o ritmo de crescimento da população moradora em favelas se manteve bem acima do dos demais moradores.

Tabela 1 – Crescimento da população total e residente em Favela no município do Rio de Janeiro, 1950/1991

Anos	Pop. RJ	Pop. favel.	Cresc. pop. RJ a.a.	Cresc. pop. fav. a.a.	Pop. fav./ Pop. RJ
1950	2.375.280	169.305	–	–	7,13%
1960	3.300.431	335.063	3,34%	7,06%	10,15%
1970	4.251.918	565.135	2,57%	5,37%	13,29%
1980	5.090.723	722.424	1,82%	2,49%	14,19%
1991	5.480.768	962.793	0,67%	2,65%	17,57%

Fonte: Censos Demográficos, FIBGE; Iplanrio, 1991.

O segundo fator relacionado   queda da taxa de crescimento da popula o moradora em favela, entre as décadas de 60 e 70, foi a “abertura” da periferia metropolitana aos trabalhadores pobres através da produ o extensiva de lotes urbanos, iniciada na década de 50 e expandida até os anos 70. Nesse período, o loteamento periférico, com baixos investimentos em infra-estrutura e comercializa o a longo prazo, tornou-se o principal meio de acesso dos pobres   casa própria. Com efeito, houve o redirecionamento dos fluxos migratórios inter e intra-regionais para essas novas áreas, especialmente os oriundos do próprio município do Rio de Janeiro, o que gerou a diminui o de migrantes na capital.

Por último, cabe mencionar os impactos da política de remo o de favelas nas décadas de 60 e 70. Segundo Santos (1978), 175.800 pessoas haviam sido removidas até 1968, mas foi a partir desse ano, até 1973, que o programa foi mais sistemático e intenso. Vale mencionar o caráter seletivo de tal política, na medida em que 70% dos domicílios removidos localizavam-se na Zona Sul, Tijuca e Méier. O resultado foi a perda de representatividade das favelas da Zona Sul: se, em 1950, 25,4% da popula o favelada estava na Zona Sul, em 1970 apenas 9,6% ainda residiam na  rea (Castro, 1979).

Esse conjunto de fatores alimentou a idéia difundida no final dos anos 70, de que as favelas tenderiam a desaparecer do cenário urbano carioca. Entretanto, houve uma retomada do crescimento das favelas na década de 80, tanto pela densifica o das antigas quanto pelo surgimento de novas.

Por que voltam a crescer as favelas na cidade do Rio de Janeiro, exatamente no momento em que ocorreu forte queda do crescimento demográfico da cidade? Em primeiro lugar, em razão da mudança da dinâmica do crescimento metropolitano do Rio de Janeiro. Com efeito, o crescimento extensivo-periférico, que gerou oportunidades de acesso   casa própria para amplos segmentos sociais entra em colapso, sobretudo pelo encarecimento da terra e pela perda da capacidade de endividamento dos trabalhadores em geral, atingindo aqueles com menor qualifica o e sem prote o das leis trabalhistas. Somem-se ainda as transforma es na conjuntura política fluminense a partir de 1982, data que marca o início da ado o, pelos poderes públicos locais (governo estadual e municipal), de políticas de reconhecimento das favelas e dos loteamentos irregulares e clandestinos como soluço dos problemas de moradia das camadas populares. Essas políticas, ao proporem a legaliza o da posse da terra e a urbaniza o das favelas, reduziram as incertezas quanto   manuten o dos moradores em suas ocupa es e criaram expectativas de melhorias das condi es de vida, cujo resultado foi a redu o das barreiras para novas ocupa es.

Nos anos 90, o ritmo de crescimento da popula o residente em favelas (1,6% ao ano) mant m-se bem acima do ritmo referente ao da popula o não favelada (0% ao ano). O resultado foi o aumento do peso dos que residem em favelas em rela o ao total

Tabela 2 – População residente em Favela e Fora da Favela no município do Rio de Janeiro, 1991/1996

Grandes zonas	Cresc. absoluto		Cresc. anual		% Pop. fav./ pop.total 91	% Pop. fav./ pop.total 96
	favela	não favela	favela	não favela		
Centro/Zona Sul	16.110	-27.035	2,4%	-0,8%	14,9	17,0
Barra/Jacarepaguá	13.523	29.364	3,9%	1,6%	15,0	16,6
Zona Norte	-2.636	-23.123	-1,1%	-1,4%	12,6	12,7
Subúrbio	21.367	-57.672	0,8%	-0,6%	20,6	21,8
Zona Oeste	22.725	79.308	3,4%	1,3%	9,6	10,5
Total município RJ	71.089	842	1,6%	0,0%	16,1	17,2

Fonte: Censo Demográfico de 1991 e Contagem de 1996.

da população carioca, que passou, em cinco anos, de 16% para 17%. No entanto, essas tendências variaram significativamente entre as diferentes regiões da cidade. As duas zonas de expansão do município – o eixo elitizado da Barra/Jacarepaguá e o eixo popular da Zona Oeste – apresentaram as maiores taxas de crescimento, tanto da população moradora em favela (3,9% e 3,4% ao ano, respectivamente) quanto do morador do bairro (1,6% e 1,3% ao ano). Nas três zonas consolidadas, todas com crescimento negativo da população moradora no bairro, destaca-se a Zona Sul, com taxa de crescimento dos moradores em favelas de 2,4% ao ano, aumentando de 14,9% em 1991 para 17% em 1996 o peso desses residentes em relação à população total da região. A Zona Norte da cidade foi a única região que apresentou perda absoluta de população residindo em favela.

Como crescem em favela? Classicamente, atribuiu-se à migração, particularmente, à do Nordeste, a causa do crescimento demográfico das favelas. Os dados censitários, no entanto, indicam que a migração explica cada vez menos o acelerado processo de favelização em curso na cidade. Na zona oeste, por exemplo, região que apresentou, entre 1991 e 1996, o maior incremento absoluto de população em favela (em torno de 22 mil pessoas), apenas 2 mil e 600 pessoas morando em favelas eram migrantes¹ da década de 90. Podemos inferir que o surgimento e a expansão de novas favelas (localizadas predominantemente na zona oeste) têm se dado através da mobilidade espacial no interior do próprio município, seja do bairro para a favela, seja de favelas consolidadas para favelas recentes. A fuga do aluguel, tanto no mercado formal quanto informal, e a redução da oferta de habitação ou lote popular explicam essa mobilidade em direção às favelas periféricas. Vale lembrar que o valor do aluguel de um imóvel nas favelas das zonas Sul e Norte pode equivaler, hoje, ao de um apartamento em Copacabana ou no Centro.

A mobilidade intramunicipal tem menor peso explicativo quando se observa o incremento populacional nas favelas já consolidadas das zonas sul e suburbana. Na zona sul da cidade, cerca de 40% do incremento da população favelada, nos primeiros

cinco anos da década de 90, era composto por imigrantes de fora do município, em sua maior parte do Nordeste. Nesse sentido, a possível “expulsão branca”, gerada pela valoriza o imobiliária, de residentes mais pauperizados das favelas centrais deve ser relativizada ante a possibilidade de “entrada” nesses espaços de uma popula o migrante cujo perfil social era, em média, inferior ao dos já residentes. Na Tabela 3, observa-se o perfil socioocupacional mais elevado do conjunto da popula o ocupada residente nas favelas das zonas sul e norte, em compara o ao perfil dos migrantes nordestinos que se dirigiram para essas áreas na década de 80. As redes familiares funcionam, para o migrante recém-chegado, como importante mecanismo de acessibilidade   moradia e de inser o na economia urbana. Por sua vez, a localiza o dessas favelas em áreas com grande demanda por trabalho de baixa qualifica o no setor de serviços e constru o civil se mant m como fator central para essa inser o do migrante.

Tabela 3 –Perfil socioocupacional da popula o ocupada e do migrante nordestino ocupado, residentes nas Favelas da zona sul e da zona norte no município do Rio de Janeiro, 1991

Favelas das zonas sul e norte	Categorias socioocupacionais					
	Elite	Pequena burguesia	Classe média	Operário	Prolet. terc.	Subprolet.
Pop. residente	1,3%	3,4%	17,0%	20,9%	37,3%	19,8%
Migrante NE	0,4%	0,7%	6,4%	15,7%	59,7%	16,9%

Fonte: Censos Demográficos, FIBGE; Iplanrio, 1991.

Nota: *elite*: empregadores e profissionais dirigentes dos setores público e privado e profissionais de nível superior; *pequena burguesia*: pequenos empregadores do serviço e comércio; *classe média*: empregados em ocupa o de rotina, supervisão, segurança, ensino básico e técnicos; *operários*: trabalhadores da indústria e constru o civil; *proletários do terciário*: prestadores de serviço e comerciários; *subproletários*: domésticos, ambulantes e biscateiros.

A divisão favela-bairro no espaço desigual da cidade

A popula o residente nas favelas do Rio de Janeiro   significativamente mais jovem do que aquela morando nos bairros da cidade, confirmando um perfil etário que  , de maneira geral, t pico das áreas populares. Nesse sentido,   na Zona Oeste do município, área periférica popular, onde se encontra a menor diferença entre o perfil etário da favela e do bairro: enquanto na favela cerca de 51% dos moradores tem até 24 anos, no bairro esse percentual   de 45% (Tabela 4). Quanto mais nos aproximamos do centro, maior a diferença de perfil e mais idosa   a popula o.

Tabela 4 – População por Faixa etária segundo a localização do domicílio na Favela ou Fora da Favela, pelas grandes zonas do município do Rio de Janeiro, 1996

Grandes Zonas	Faixa etária - %						
	criança	adoles.	jovem	adulto	maduro	velho	total
Centro/Z.Sul - favela	21,0	7,1	19,6	34,0	13,8	4,5	100,0
Centro/Z.Sul - não favela	9,8	4,5	14,5	31,5	24,1	15,6	100,0
Barra/Jacarepaguá - favela	23,3	7,6	20,7	34,6	11,3	2,6	100,0
Barra/Jacarepaguá - não favela	15,7	6,7	17,5	33,8	19,6	6,7	100,0
Z. Norte - favela	22,6	8,3	19,5	30,8	13,5	5,2	100,0
Z. Norte - não favela	11,0	5,4	14,6	30,4	23,5	15,2	100,0
Subúrbio - favela	23,0	8,1	19,6	31,6	13,4	4,2	100,0
Subúrbio - não favela	15,0	6,5	16,4	31,9	20,8	9,5	100,0
Z. Oeste - favela	23,7	8,7	19,5	31,1	13,1	3,9	100,0
Z. Oeste - não favela	19,1	7,6	18,4	32,0	16,9	6,0	100,0
Total RJ - favela	22,8	8,0	19,7	32,1	13,3	4,1	100,0
Total RJ - não favela	15,1	6,4	16,6	31,9	20,3	9,6	100,0

Fonte: Contagem, 1996, FIBGE.

O perfil etário dos residentes em favelas não apresenta grandes variações entre as cinco zonas da cidade. O percentual da população na faixa de 0 a 24 anos varia de 47,6% nas favelas da Zona Sul, a 51,9% nas da Zonas Oeste. Vale observar, ainda, o peso relativamente menor na faixa acima de 45 anos nas favelas da Barra e de Jacarepaguá: enquanto nessa zona o percentual é de 13,9%, nas demais variou entre 17% e 18,7%. Esse perfil mais jovem das favelas da Barra e de Jacarepaguá acompanha o perfil dos próprios bairros em que estão localizados, que também apresentam menor peso relativo da faixa acima de 45 anos e maior peso das faixas entre 18 e 24 anos e entre 25 e 44 anos. Como área de expansão para os segmentos sociais médios, essa zona atrai uma população em começo de carreira e na primeira fase do ciclo familiar (casal sem filhos ou casal com filhos pequenos). Como a área de maior concentração da produção imobiliária, atrai trabalhadores para a construção civil, cujo perfil etário é relativamente jovem e cuja alternativa de uma moradia próxima se restringe às favelas da região.

Em relação à diferenciação por sexo, cabe destacar apenas uma proporção de mulheres relativamente maior nos bairros em comparação com as favelas, particularmente no Centro/Zona Sul e Barra/Jacarepaguá.

O indicador de cor evidencia a maior predominância de uma população branca nos bairros da cidade – em torno de 64% – e de uma população não branca nas favelas – em torno de 62% (Tabela 5). Esses percentuais sofrem significativa variação segundo as diferentes áreas. Enquanto no Centro/Zona Sul e Barra/Jacarepaguá mais de 80% dos moradores são brancos, na Zona Norte esse percentual é de apenas 48%. Entre os

Tabela 5 – População por sexo e cor, segundo a localização do domicílio na Favela ou Fora da Favela, pelas grandes zonas do município do Rio de Janeiro, 1996

Grandes Zonas	Sexo - %		Cor - %	
	homem	mulher	branco	não branco
Centro/Z.Sul - favela	48,4	51,6	44,4	55,6
Centro/Z.Sul - não favela	43,7	56,3	84,0	16,0
Barra/Jacarepaguá - favela	48,2	51,8	34,6	65,4
Barra/Jacarepaguá - não favela	44,2	55,8	87,1	12,9
Z. Norte - favela	49,3	50,7	37,4	62,6
Z. Norte - não favela	48,4	51,6	47,9	52,1
Subúrbio - favela	49,4	50,6	36,4	63,6
Subúrbio - não favela	47,4	52,6	65,8	34,2
Z. Oeste - favela	48,7	51,3	37,3	62,7
Z. Oeste - não favela	46,7	53,3	62,9	37,1
Total RJ - favela	48,8	51,2	38,0	62,0
Total RJ - não favela	46,6	53,4	64,3	35,7

Fonte: Censo Demográfico de 1991, FIBGE.

residentes nas favelas a variação segundo a localização geográfica   menor: as favelas do Centro/Zona Sul são as que apresentam a menor proporção de não brancos (cerca de 55%); nas demais esse percentual varia de 62% a 65%.

Os dados sobre o perfil de escolaridade da população economicamente ativa do Rio de Janeiro (Tabela 6) evidenciam uma profunda diferença de perfil entre os residentes nas favelas e nos bairros, seja nas áreas centrais ou na periferia da cidade, embora a diferença seja relativamente menor na periferia. A primeira constatação   o elevado peso da população com até 4 anos de estudo nas favelas: acima de 70% em todas as zonas! Entre os moradores dos bairros, o menor percentual dessa faixa foi de 19% na Zona Norte, e o mais elevado foi de 52%, na Zona Oeste. Em outras palavras, o nível de instrução nas favelas   ainda inferior ao observado nos bairros populares da periferia da cidade.

Uma segunda evidência refere-se   pequena diferenciação, entre as cinco zonas, dos perfis de escolaridade dos moradores em favelas. As diferenças mais significativas são os percentuais relativamente maiores (1) dos sem instrução nas favelas da Barra/Jacarepaguá (36,6%) e da zona norte (35,6%) e (2) daqueles com segundo grau completo nas favelas do Centro/Zona Sul (1,3%).   interessante destacar que os residentes das favelas mais recentes, localizadas na periferia, não apresentam um perfil de instrução inferior àqueles das favelas centrais consolidadas. O menor peso dos migrantes, especialmente os de longa distância, nas favelas periféricas pode explicar em parte essa equivalência no nível de escolaridade.

Tabela 6 – População por Faixas de anos de estudo, segundo a localização do domicílio na Favela ou Fora da Favela, pelas grandes zonas do município do Rio de Janeiro, 1996

Grandes Zonas	Anos de estudo - %				
	s/instrução	1 a 4	5 a 8	9 a 11	mais de 12
Centro/Z.Sul - favela	33,7	40,1	16,9	8,0	1,3
Centro/Z.Sul - não favela	7,2	14,4	11,4	28,0	38,9
Barra/Jacarepaguá - favela	36,6	38,4	15,4	9,0	0,7
Barra/Jacarepaguá - não favela	12,0	20,3	13,4	27,1	27,2
Z. Norte - favela	35,6	39,9	16,2	7,6	0,7
Z. Norte - não favela	5,3	13,7	11,1	30,4	39,5
Subúrbio - favela	33,8	40,4	16,6	8,7	0,6
Subúrbio - não favela	11,2	27,0	19,0	29,8	13,0
Z. Oeste - favela	31,6	41,8	16,6	9,3	0,7
Z. Oeste - não favela	18,0	34,0	20,9	21,8	5,2
Total RJ - favela	33,8	40,4	16,5	8,6	0,7
Total RJ - não favela	11,8	25,0	17,1	27,4	18,7

Fonte: Contagem, 1996, FIBGE.

Analisando o perfil socioocupacional da população ocupada nas favelas e nos bairros, observa-se, assim como no perfil de instrução, uma profunda diferença entre os dois universos de análise (Tabela 7). No entanto, essas diferenças variam significativamente entre as cinco zonas da cidade.

Uma primeira evidência é o corte favela-bairro no que se refere ao peso da elite, que se mostra bastante acentuado apenas nas zonas do Centro/Zona Sul, Barra/Jacarepaguá e Zona Norte. A maior diferença, neste caso, está na Zona Norte, onde a elite representa 28,5% dos moradores dos bairros e 0,9% daqueles residindo nas favelas. Na Zona Oeste, por outro lado, a elite representa baixíssima representatividade, tanto nos bairros quanto nas favelas: 3,6% e 0,6%, respectivamente. Em relação à classe média, o corte favela-bairro é menos acentuado: nas favelas do Centro/Zona Sul, 19,2% dos moradores estão em ocupações médias, enquanto, nos bairros, esse percentual é de 32,6%. Mesmo nas favelas da Barra/Jacarepaguá, onde os moradores apresentam um perfil socioocupacional relativamente mais proletário do que o encontrado nas demais zonas, o percentual da classe média alcança 10,8%.

Uma segunda evidência é o peso, não muito diferenciado, dos subproletários nas favelas e nos bairros do Centro/Zona Sul e Zona Oeste: cerca de 17% nas favelas de ambas as zonas e 11% nos respectivos bairros. Não deixa de ser surpreendente que cerca de 11% dos residentes nos bairros mais valorizados da cidade – Centro/Zona Sul e Barra/Jacarepaguá – sejam subproletários, categoria composta predominantemente

Tabela 7 – Popula o ocupada por categorias socioocupacionais, segundo a localiza o do domicílio na Favela ou Fora da Favela, pelas grandes zonas do município do Rio de Janeiro, 1991

Grandes Zonas	Categorias socioocupacionais - %					
	elite	pna.burg.	cl.média	operário	prolet.terc.	subprolet.
Centro/Z.Sul - favela	1,8	5,5	19,2	16,0	40,1	17,4
Centro/Z.Sul - não favela	26,6	8,3	32,6	3,2	18,3	11,0
Barra/Jacarepaguá - favela	0,7	5,1	10,8	27,0	36,6	19,8
Barra/Jacarepaguá - não favela	16,8	8,5	29,5	12,1	22,8	10,4
Z. Norte - favela	0,9	4,9	15,7	21,9	35,5	21,1
Z. Norte - não favela	28,5	9,1	37,3	3,4	14,3	7,4
Subúrbio - favela	0,6	5,5	15,0	30,6	31,8	16,4
Subúrbio - não favela	8,8	8,2	39,2	12,9	23,7	7,1
Z. Oeste - favela	0,6	6,5	13,9	30,5	31,5	17,0
Z. Oeste - não favela	3,6	6,7	28,3	21,9	28,6	11,0
Total RJ - favela	0,8	5,6	15,2	27,8	33,5	17,1
Total RJ - não favela	13,0	8,0	34,5	12,4	23,1	9,0

Fonte: Censo Demográfico de 1991, FIBGE.

Nota: *elite*: empregadores e profissionais dirigentes do setor público e privado e profissionais de nível superior; *pequena burguesia*: pequenos empregadores do serviço e comércio; *classe média*: empregados em ocupa es de rotina, supervisão, segurança, ensino básico e técnicos; *operários*: trabalhadores da indústria e constru o civil; *proletários do terciário*: prestadores de serviço e comerciários; *subproletários*: trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros.

por trabalhadores domésticos. Essa   uma evidencia de que nessas áreas ainda existem mecanismos, via mercado, que garantem o acesso   moradia a esses trabalhadores.

Por fim, cabe destacar a significativa diferencia o entre as favelas dos seus perfis socioocupacionais, segundo a área em que se encontram. As favelas do subúrbio e da Zona Oeste apresentam um perfil mais operário – em torno de 30% dos ocupados – do que o verificado nas favelas das demais zonas, onde a predominância dos trabalhadores do terciário   relativamente maior.

Distância favela-bairro

Nesta parte do texto avaliamos a distância social entre a favela e bairro no que concerne   renda monetária. A Tabela 8 apresenta a razão entre as m dias da renda total dos moradores das favelas e as dos bairros, segundo variáveis sociodemográficas reconhecidas na literatura especializada como determinantes da renda: inser o na estrutura ocupacional, escolaridade, idade, cor e sexo. As desigualdades oriundas dessas diferenças podem expressar mecanismos de segrega o e/ou discrimina o de

certos segmentos sociais no mercado de trabalho quando usados como critério seletivo na distribuição das oportunidades ocupacionais ou diferenciador da remuneração. Como são reconhecidos os diferenciais de renda entre os trabalhadores brancos e não-brancos no mercado de trabalho urbano brasileiro, e como nas favelas os não-brancos têm presença expressiva, tomamos essa dicotomia como referência para avaliar a distância entre favela e bairro.

Observamos a existência de homologia entre a hierarquia ocupacional e a distância social entre moradores de favela e do bairro. Nas posições mais inferiores (empregadas domésticas, ambulantes, biscateiros), encontramos muita proximidade entre os moradores da favela e do bairro, já que os diferenciais de renda são bem pequenos. À medida que subimos na hierarquia, as distâncias aumentam, chegando ao máximo entre as ocupações não-manuais de nível médio, uma vez que os moradores em favela têm 56% da renda daqueles que moram no bairro. A mesma homologia encontramos no exame dos diferenciais de renda entre brancos e não-brancos, embora a distância entre esses dois segmentos seja menor do que a verificada entre a favela e o bairro. Já as distâncias entre os moradores em favela são significativamente menores, o que sugere a existência de forte homogeneidade social.

Tabela 8 – Razão entre a renda média dos moradores.
Favela, bairro e cidade, 1991

Ocupação	Bairro*	Favela	Cidade	
	Nbran/Bran	Nbran/Bran	Fav/bairro	Nbran/Bran
Subproletariado	0,86	0,91	0,93	0,87
Operariado	0,73	0,93	0,84	0,74
Trab. serv. com.	0,63	0,87	0,68	0,64
Não-manual nível médio	0,63	0,85	0,56	0,63
Anos de estudo				
Sem instrução	0,90	0,81	0,85	0,88
De 1 a 4 anos	0,75	0,92	0,77	0,74
De 5 a 8 anos	0,76	0,99	0,75	0,75
De 9 a 11 anos	0,72	0,89	0,61	0,71
Mais de 12 anos	0,67	0,84	0,44	0,67
Idade				
Jovem	0,77	0,87	0,78	0,74
Adulto	0,47	0,82	0,46	0,47
Maduro	0,44	0,90	0,37	0,44
Idoso	0,41	0,87	0,30	0,40
Gênero				
Homem	0,43	0,77	0,35	0,42
Mulher	0,45	0,93	0,66	0,44

Fonte: Censo de 1991, FIBGE.

* Excluí os moradores das favelas

Constatamos situa o similar na análise por nível de escolaridade, ou seja,   maior escolaridade corresponde maior distância social entre moradores em favela e moradores de bairro, o mesmo sucedendo com distância entre brancos e não-brancos. Verificamos, contudo, alguma nuance. A posi o de desvantagem relativa dos moradores em favela e dos não-brancos da cidade parece ser a mesma até a faixa de escolaridade equivalente ao primário (8 anos). Os diferenciais aumentam mais fortemente no corte favela-bairro nas outras faixas, atingindo o patamar de 44% entre aqueles com mais de 12 anos de instru o. Em outras palavras, os moradores da favela têm maior dificuldade em transformar seu capital escolar em renda do que o conjunto dos não-brancos. Entre os trabalhadores “sem instru o”, ou seja, entre aqueles que estão na posi o mais desfavorável no mercado de trabalho, que, como vimos, representam cerca de 70% dos moradores em favela, constatamos uma surpreendente diferença de renda: os moradores em favela recebem 85% dos que moram no bairro.

No exame dos diferenciais por idade e g nero, verificamos que a distância favela e bairro   semelhante   existente entre branco e não-branco.

Será que as diferenças de renda resultam de mecanismos de discrimina o no mercado de trabalho dos moradores das favelas? Será que teríamos então a configura o do fen meno da *guetifica o* dos moradores da favela?

As favelas são guetos?

A análise da situa o das favelas ante a dos bairros sugere a existência de importante divisão no espaço social da cidade do Rio de Janeiro. A divisão favela-bairro parece ser a expressão espacial das notórias desigualdades que marcam a sociedade brasileira, já que concentra os segmentos sociais que apresentam maiores desvantagens no acesso às oportunidades: os mais jovens, os não-brancos e os de baixa escolaridade. Entretanto, os resultados da nossa análise indicam ser a favela o lugar de moradia dos que suportam maior desvantagem entre os afortunados da cidade, uma vez que os diferenciais de renda aumentam entre os grupos com maiores chances de se igualarem aos moradores do bairro. Ao mesmo tempo, os diferenciais de renda não são desprez veis entre os mais desafortunados da cidade.

Tais constata es parecem fortalecer as concep es dualistas da favela. Gos-tar amos, porém, de terminar nosso trabalho com breves comentários, a nosso ver necessários para escapar do reducionismo. Com efeito, como dissemos no início, esta análise   insuficiente para identificar a posi o das favelas no espaço social da cidade.   imprescindível passar da análise da divisão favela-bairro para a interpreta o da (di)visão dessa dicotomia socioespacial, ou seja, avaliar se as diferenças observadas são representadas legitimamente na sociedade carioca como separa o e/ou inferioridade.

A reflexão sobre a distância social em termos de renda oferece-nos a possibilidade de explorar alguns caminhos. As diferenças observadas sugerem duas explicações a respeito da simbolização da divisão favela-bairro e sua inscrição nas práticas sociais que regulam a relação entre trabalho e moradia. Na primeira, a favela seria considerada como variável independente. Ela seria a conseqüência de práticas discriminatórias no mercado de trabalho contra aqueles que moram nas favelas. Ou seja, o fato de morar em favela seria um atributo negativo, do qual resulta a determinação da renda. A situação dos moradores em favela seria idêntica à das mulheres no mercado de trabalho, já fartamente descrita na literatura sociológica e econômica. A legitimidade social dessa discriminação seria obtida pela transformação do lugar desclassificado dos moradores da favela em um *habitus* (Bourdieu, 1979), pelo qual se produziria a naturalização da discriminação e a conseqüente disposição dos moradores das favelas em aceitar menores salários. Esse argumento aproxima a posição da favela no espaço social do Rio de Janeiro dos guetos negros americanos, segundo as análises de Wilson (1987) e Wacquant (2000), nas quais a inferioridade social dos seus moradores se reproduz como um círculo perverso.

Na segunda hipótese, a favela seria uma variável dependente. Há duas variantes explicativas nesse caso. Na primeira, a favela seria o resultado dos baixos e incertos rendimentos dos trabalhadores que ocupam posições inferiores às suas possibilidades, em razão da segmentação do mercado de trabalho, cuja conseqüência é a obtenção de renda inferior. A ilustração dessa variante seria a forte presença, na favela, de trabalhadores da construção civil, setor produtivo na qual a escolaridade tem pouca importância na determinação de rendimento dos trabalhadores, dada a natureza manufatureira do processo de trabalho e a prevalência do trabalho autônomo. Os baixos e incertos rendimentos obtidos socialmente permitiriam acesso ao submercado habitacional da favela como estratégia de diminuição dos custos da moradia e do transporte. Na segunda variante, a favela resultaria da acessibilidade à fonte de renda propiciada pela localização residencial de certos segmentos de trabalhadores que exercem ocupações temporárias, incertas e dependentes do contato pessoal entre demanda e oferta. A ilustração dessa variante seria a forte presença de prestadores de serviços pessoais nas favelas localizadas nas áreas mais centrais da cidade. Essa hipótese estaria coerente com a constatação da relação entre o gradiente de renda média dos moradores das favelas pelas grandes áreas e o mapa social da cidade, na qual nota-se que quanto mais próximo dos centros de concentração espacial das camadas superiores maior a renda relativa, conforme transparece na leitura da Tabela 9.

Em resumo, nas duas variantes da segunda hipótese, a separação favela e não favela expressaria a segmentação da acessibilidade aos recursos localizados desigualmente na cidade, sejam eles os relativos à moradia ou às oportunidades de trabalho e renda. Essa nos parece a hipótese explicativa das diferenças de renda entre favela e bairro mais plausível. As possibilidades de renda e o seu montante explicam a seleção entre moradores

Tabela 9 – Razão entre a renda média dos moradores em Favelas por grandes áreas e a do conjunto dos moradores em Favela, 1991

Grandes �reas	Razão
Zona Sul/Centro	1,12
Barra/Jacarepaguá	0,94
Zona Norte	1,05
Zona Oeste	0,90
Subúrbio	0,94
Total	1,00

da favela e do bairro. Aqueles que conseguem vencer as barreiras existentes no mercado de trabalho e aumentam a sua renda ou têm acesso a ocupações mais estáveis tendem a abandonar a favela.   o que nos mostram estudos sobre mobilidade residencial (Lago, 2000) entre as favelas centrais da cidade do Rio de Janeiro e a periferia metropolitana.

O último comentário diz respeito   necessidade de levar em consideração as diferenças entre as favelas quanto   sua posição no espaço social da cidade. A favela pode representar tanto um momento da mobilidade ascendente de certos segmentos sociais quanto o seu contrário, lugar do refúgio para aqueles que estão em processo de marginalização social. A entrada nas favelas localizadas na Zona Sul de migrantes de outros municípios do estado do Rio de Janeiro e da região nordestina do Brasil, todos com *status* social e ocupacional inferior aos dos moradores, parece indicar a situação na qual o crescimento da favela pode estar associado   dinâmica de mobilidade social ascendente. Em contraposição, o crescimento das favelas na Zona Oeste poderia estar expressando um movimento de mobilidade social descendente, especialmente no caso dos moradores das favelas da Zona Sul, que, por algum motivo, se v em obrigados a abrir mão da maior acessibilidade   fonte de renda e ocupação. Será que estas favelas estariam transitando para uma situação de gueto, na medida em que o seu crescimento parece estar associado a um processo de isolamento social?

Não   possível responder a esta questão neste texto. Gostariamos tão-somente de lembrar que o trabalho não   a única dimensão explicativa da exclusão social produzida pela *guetifica  o* dos negros pobres americanos, segundo as análises de Wacquant e Wilson. O gueto   também produzido pela estigmatização dos territórios onde se concentram os segmentos fragilizados economicamente, pela diminuição da densidade organizacional desses territórios e pela baixa presença do Estado. Sobretudo, a *guetifica  o* se realiza quando ocorre a desapropriação simbólica dos moradores desses territórios da capacidade de controle da sua representação social nas formas coletivas de classificação das divisões da sociedade e, portanto, da sua identidade como grupo.   essa desposse  o que permite transformar os desiguais em proscritos sociais, e, co-

mo tais, vivendo na desordem ou em uma outra ordem social considerada legitimamente como inaceitável.

Esse ponto nos devolve ao início do nosso trabalho, à reflexão sobre a importância das concepções teóricas, das imagens e das práticas presentes no atual debate público sobre a cidade partida. Que efeitos simbólicos negativos estariam sendo produzidos pelas associações, cada vez mais frequentes, entre a favela e a violência e pela crescente legitimidade do discurso público da desordem urbana como razão dos males da cidade? Há algo fora da ordem? Serão os pobres favelados ou os discursos sobre eles?

Luciana Correa do Lago

Luiz César de Queiroz Ribeiro

Ippur/UFRJ

Notas

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal – Ippur/UFRJ – Fase e contou com a colaboração dos pesquisadores Cynthia Campos Rangel, Peterson Leal Pacheco, Carlos Eduardo Sartor, Giovanna Altomare Catão e Paulo Renato Azevedo.

1. Entende-se como migrante todos aqueles que residam em outro município que não fosse o do Rio de Janeiro até 1991.

Referências bibliográficas

- BOSCHI, R. (1970). Populações faveladas do Rio de Janeiro. Histórico de um trabalho. *Dados*, n. 4, pp. 177-187.
- BORGADUS, E. S. (1959). *Social distance*. Los Angeles, Antioch Press.
- BOURDIEU, P. (1979). *La distinction. Critique du jugement*. Paris, Editions Minuit.
- _____ (1993). *La misère du monde*. Paris, Seuil.
- CASTRO, M. G. (1979). *O migrante na cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Coppe – UFRJ.
- LAGO, L. (2000). *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro, Revan – Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.

- PARK, R. E. (1924). The concept of social distance as applied to the study of racial attitudes and racial relations. *Journal of Applied Sociology later Sociology and Social Research*, n. 8, p. 6, pp. 339-344, July/August.
- PERLMAN, J. (1977). *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SANTOS, C. N. F. (1978). *Voltando a pensar em favelas por causa das periferias*. SIMPÓSIO DE ESTUDOS DO PLANEJAMENTO URBANO E HABITACIONAL. Rio de Janeiro, Anais, PUC-Neurb.
- SIMMEL, G. (1971). *On individuality and social forms: selected writings*. Edited by Donald N. Levine, Chicago, University of Chicago Press.
- SILVA, L. A. M. (1967). A política na favela. *Cadernos Brasileiros*, n. 41, maio/jun.
- SOROKIN, P. A. "Espaço social e posi o social". In: CARDOSO, F. H. e IANNI, O. (1973). *Homem e sociedade. Leituras básicas de sociologia geral*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- WACQUANT, L. (2000). *Os condenados da cidade. Estudos da marginalidade avançada*. Rio de Janeiro, Revan – Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (no prelo).
- WILSON, W. J. (1987). *The truly disadvantaged. The inner city, the underclass, and public policy*. Chicago, University of Chicago Press.
- ZALUAR, A. e ALVITO, M. (1998). *Um século de favela*. Rio de Janeiro, Funda o Getúlio Vargas.